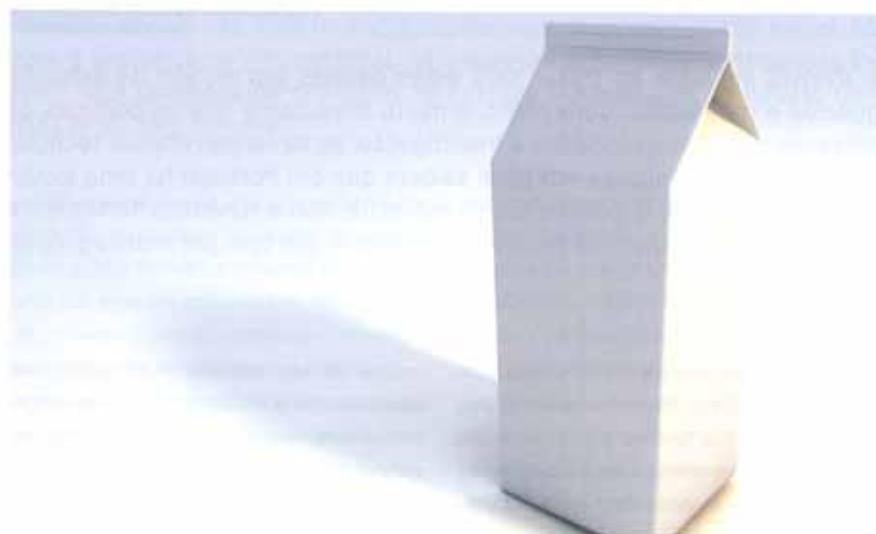


ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE LACTICÍNIOS

Sector lácteo à conquista do futuro



Pedro Pimentel
Secretário Geral da ANIL



Longe vão os tempos em que apesar dos baixos consumos per capita do leite e seus derivados, o leite produzido em Portugal estava muita longe de abastecer o mercado interno

Longe vão os tempos em que face à escassez de matéria prima muitas unidades industriais apenas laboravam com as poucas sobras do leite destinado ao abastecimento dos maiores centros urbanos ou quando recebiam a manteiga e o leite em pó importado do Centro da Europa.

Longe vão os tempos em que poucos foram os que se atreveram a prever um desfecho que não o da morte dolorosa e anunciada do sector.

O retrato que pode ser feito hoje ao sector coloca-nos a "uma vida" de distância do que nem há vinte anos atrás – no final da década de 80 – qualquer "bola de cristal" anunciaria. E se em abono da verdade não podemos afirmar ser o sector um caso cintilante de sucesso, pois há um conjunto alargado de detalhes e factores cuja alteração é fundamental para conferir sustentabilidade ao seu futuro, é seguro referir que a fileira do leite terá sido das que melhor conseguiu enfrentar e ultrapassar o "choque" da integração no mercado europeu e da concorrência das grandes potências agro-alimentares comunitárias.

No sector do leite pode falar-se efectivamente em FILEIRA, pois as características do ciclo

produtivo (produção diária, perecibilidade da matéria prima, a complexa logística de recolha, o relacionamento biunívoco e relativamente estável entre produtores e compradores...) assim o motivam e o obrigam.

Parte do trilho do sucesso passou pelo fortalecimento do tecido produtivo, com o abandono de dezenas de milhares (quase 70 mil) de pequenos produtores, que permitiram, pela libertação dos respectivos direitos de produção (as célebres quotas leiteiras), que os que entraram ou permaneceram no sector, aumentassem a dimensão das respectivas explorações, profissionalizassem a sua gestão, investissem em melhores animais e melhores instalações, produzissem mais quantidade e com melhor qualidade.

Essa revolução "silenciosa", foi feita de forma criteriosa e consequente, permitindo alguma dignidade aos produtores que foram sucessivamente abandonando o sector e, acima de tudo, permitindo que tal fosse feito sem os custos sociais que se chegaram a temer.

A indústria, por seu turno, soube igualmente dar resposta positiva ao arriscado desafio que teve que enfrentar. Não sem "baixas", o tecido industrial soube modernizar-se, não apenas

nos aspectos produtivos, mas também nos do controlo de qualidade e segurança alimentar, nos das performances ambientais, nos da logística, marketing e comercialização. Em alguns casos, foi possível mover vontades, apostando na concentração industrial, na conquista de economias de escala.

Portugal possui actualmente um parque de unidades industriais moderno, qualificado e, em diversos casos, capaz de competir com o que de melhor se faz por essa Europa fora. As empresas portuguesas e as multinacionais que operam no nosso mercado oferecem ao consumidor nacional uma diversidade de produtos, pontuada por inovações muito frequentes, que não tem paralelo com qualquer outro sector da área alimentar. Apesar desta evolução e desta visão bastante positiva, continuam a observar-se sinais de fragilidade no seio do sector, seja ao nível da produção primária, onde existem riscos sérios de que a extensão do abandono produtivo possa colocar em causa o aprovisionamento das nossas unidades industriais (igualmente penalizadas pela localização geográfica de Portugal), seja do lado da indústria, confrontada com o espartilho de políticas de preços de matérias-primas que não podem respeitar apenas critérios de mera racionalidade económica, e de políticas de "preço a qualquer preço" mas também e cada vez mais, de alargamento de margens até às raias do absurdo, por parte dos principais operadores da moderna distribuição.

Daqui resulta que o nosso Governo não podia nem devia ter colocado o sector numa posição secundária, com uma política de apoios, especialmente em relação ao tecido primário, escassa, mas mal preparada e inconvenientemente direccionada. Também ao nível da evolução da política comunitária para o sector, as posições nacionais têm sido incoerentes e inconsequentes.

Finalmente, a nível da indústria apreciada seria a eliminação de vários custos de contexto que nos colocam numa posição de desvantagem competitiva no cotejo internacional e, mais importante, que se colocassem as regras de mercado efectivamente a funcionar, impedindo que os abusos de posição dominante fossem o sinal caracterizador do nosso mercado.